



Quem responde quando a Inteligência Artificial erra na saúde?

Uma reportagem recente do New York Times trouxe à tona um movimento que tende a se intensificar nos próximos anos: grandes empresas de tecnologia estão desenvolvendo ferramentas capazes de analisar prontuários médicos, resultados de exames e até dados coletados por dispositivos móveis. A promessa é sedutora: centralizar informações de saúde que hoje são dispersas, facilitar o acesso do usuário aos próprios dados e, em última análise, melhorar a tomada de decisões.

É inegável que se trata de um avanço tecnológico relevante. Mas, na prática, o cenário é mais sensível — e mais arriscado — do que parece. Dados de saúde não são informações comuns. São classificados como dados sensíveis, pois dizem respeito à intimidade mais profunda do indivíduo. Sua centralização em plataformas digitais, embora eficiente, pode se transformar em ponto crítico de vulnerabilidade, altamente atrativo para ataques cibernéticos.

Mas o problema não é apenas técnico. É jurídico. Há registros de que sistemas de inteligência artificial já falharam na identificação de emergências clínicas ou sugeriram orientações inadequadas. Diante disso, surge uma pergunta inevitável: quem responde quando a tecnologia erra?

Essa discussão ainda é incipiente, mas já se tornou essencial. Nas relações de consumo mediadas por tecnologia, a responsabilidade tende a se diluir entre desenvolvedores, plataformas e eventuais prestadores de serviço. Para o usuário, no entanto, o risco é concreto — e imediato.

Há ainda outro ponto crítico: o consentimento. Em teoria, o compartilhamento desses dados depende de autorização livre, informa-

da e inequívoca. Na prática, o que se vê é a repetição de um padrão já conhecido: termos de uso extensos, linguagem técnica e uma evidente assimetria informacional entre empresas e consumidores.

No Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece um regime mais rigoroso para o tratamento de dados sensíveis, incluindo os de saúde. Ainda assim, a eficácia dessa proteção depende não apenas da norma, mas de sua aplicação concreta diante de tecnologias em rápida evolução.

O Código de Defesa do Consumidor estabelece a responsabilidade objetiva e solidária dos fornecedores. Contudo, essa lógica pressupõe relações de consumo relativamente identificáveis, em que seja possível delimitar com clareza a cadeia de fornecimento e os pontos de controle. O desafio colocado pela inteligência artificial reside justamente no fato de que decisões são tomadas por sistemas opacos e integrados a múltiplos agentes, muitas vezes sem que seja possível identificar, com precisão, onde ocorreu a falha.

O debate, portanto, não é sobre impedir a inovação, mas sobre a definição clara de seus limites. A incorporação da inteligência artificial à saúde é, ao que tudo indica, inevitável. O que ainda está em aberto é o modelo de responsabilização que acompanhará esse avanço e, principalmente, o grau de proteção que será efetivamente garantido ao consumidor. A tecnologia continua prometendo respostas rápidas e decisões mais eficientes. O direito, por sua vez, precisa garantir que, quando algo der errado, também exista uma resposta clara.

(Fonte: Stefano Ribeiro Ferri - Especialista em Direito do Consumidor. Relator da 6ª Turma do Tribunal de Ética da OAB/SP e membro da Comissão de Direito Civil da OAB - Campinas).

Sete cuidados para avaliar investimentos e reduzir riscos

Liquidação de instituição financeira reacende debate sobre segurança de aplicações e reforça a importância de análise rigorosa antes de investir

A liquidação extrajudicial do Banco Master pelo Banco Central em novembro de 2025 reacendeu o debate sobre segurança de investimentos no país e acendeu um alerta entre investidores pessoa física e empresas. O caso ganhou repercussão nacional após investigações apontarem irregularidades na gestão da instituição e problemas de liquidez. O episódio ocorre em um momento de expansão do mercado financeiro brasileiro.

Dados da B3 indicam que o país superou a marca de 17 milhões de investidores pessoa física na bolsa de valores, refletindo a entrada crescente de novos participantes no mercado de capitais.

Fabinho Nascimento, contador, CEO do Grupo FN e especialista em estruturação empresarial e planejamento financeiro, afirma que crises envolvendo instituições financeiras costumam provocar mudanças imediatas no comportamento dos investidores. Segundo ele, episódios como o do Banco Master levam pessoas físicas e empresas a reavaliar critérios de escolha de aplicações e o nível de risco assumido. “Quando surgem problemas envolvendo bancos ou instituições financeiras, o investidor percebe que rentabilidade não pode ser o único fator de decisão. A análise da estrutura do produto e da solidez da instituição passa a ser fundamental”, afirma.

O movimento é percebido também em regiões com forte concentração de profissionais de alta qualificação técnica, como São José dos Campos. O município abriga um dos principais polos industriais e tecnológicos do país, com presença de empresas ligadas aos setores aeroespacial, engenharia e tecnologia.

Esse perfil profissional, associado a renda média elevada, tem ampliado a presença de investidores da região no mercado financeiro, o que aumenta a demanda por informação e análise antes de aplicar recursos.

Segundo o especialista, a expansão do mercado



financeiro nos últimos anos ampliou o acesso a diferentes tipos de investimento, mas também aumentou a complexidade das decisões. Novos produtos passaram a ser oferecidos com maior frequência por bancos, corretoras e plataformas digitais, o que exige mais atenção por parte de investidores e empresas. “O investidor precisa compreender exatamente como funciona o produto financeiro antes de aplicar. Muitas vezes a rentabilidade apresentada parece atrativa, mas os riscos não são totalmente compreendidos no momento da decisão”, afirma.

Esse cuidado também se aplica à gestão financeira de empresas. Negócios que mantêm reservas de caixa ou realizam aplicações de capital de giro precisam adotar critérios claros de avaliação antes de investir recursos. “A aplicação financeira dentro das empresas deve seguir uma lógica de gestão de risco. O objetivo não é apenas obter retorno, mas preservar liquidez e proteger o patrimônio”, diz.

A análise de oportunidades de investimento, segundo ele, deve considerar fatores como regulação da instituição, transparência das informações e histórico de atuação no mercado. Esse processo pode ser conduzido internamente ou com apoio de consultorias especializadas em planejamento financeiro e patrimonial. “O investidor precisa sair da lógica de tomar decisões apenas com base em indicação informal ou promessa de retorno elevado. Uma análise estruturada ajuda a reduzir riscos e aumenta a segurança das aplicações”, afirma.

O especialista aponta sete cuidados para avaliar investimentos e reduzir riscos

- Antes de aplicar recursos, investidores e empresas precisam adotar critérios objetivos de análise das instituições e dos produtos disponíveis no mercado. Algumas práticas ajudam a reduzir a exposição a riscos e aumentar a segurança das aplicações.

1. Verificar se a instituição é autorizada a operar - O primeiro passo é confirmar se a instituição financeira possui autorização dos órgãos reguladores. Bancos são supervisionados pelo Banco Central, enquanto diversos produtos de investimento estão sob regulação da Comissão de Valores Mobiliários.

2. Entender exatamente como funciona o produto - Investimentos podem envolver estruturas complexas. Antes de aplicar recursos, é fundamental compreender de onde vem a rentabilidade prometida, quais fatores podem afetar o desempenho e quais são os riscos envolvidos. “Aplicar recursos sem entender o produto financeiro é assumir um risco desnecessário. O investidor precisa saber exatamente como o investimento gera retorno”, afirma.

3. Avaliar a solidez da instituição financeira - Histórico de atuação, reputação no mercado e transparência na divulgação de informações são fatores importantes na análise de uma instituição. Empresas consolidadas tendem a apresentar maior previsibilidade e governança.

4. Analisar liquidez e prazos de resgate - Alguns investimentos

possuem prazos longos ou condições restritas de resgate. Verificar liquidez e prazo de retirada é essencial para evitar dificuldades caso o investidor precise acessar os recursos.

5. Diversificar aplicações - Distribuir recursos entre diferentes produtos e instituições reduz a exposição a riscos específicos. A diversificação continua sendo uma das principais estratégias de proteção patrimonial. “Concentrar recursos em um único investimento aumenta a vulnerabilidade do investidor. A diversificação ajuda a reduzir impactos de eventuais problemas”, afirma.

6. Avaliar a relação entre risco e rentabilidade - Retornos muito acima da média de mercado exigem análise mais cuidadosa. Investidores devem considerar se o nível de risco é compatível com a rentabilidade prometida.

7. Buscar orientação profissional - Consultores financeiros, contadores e planejadores patrimoniais podem ajudar a analisar investimentos antes da aplicação. O apoio especializado permite avaliar riscos e estruturar estratégias mais equilibradas. “O apoio de um especialista permite analisar o investimento com mais profundidade e identificar riscos que muitas vezes passam despercebidos”, afirma.

Para o especialista, episódios envolvendo instituições financeiras costumam provocar uma revisão no comportamento dos investidores. A tendência, segundo ele, é que pessoas físicas e empresas passem a adotar critérios mais técnicos na escolha de aplicações. “O mercado financeiro oferece diversas oportunidades, mas exige disciplina e análise. Investidores que avaliam instituições e produtos com cuidado conseguem reduzir riscos e proteger melhor o patrimônio”, afirma.

O impacto da padronização global e da IA na internacionalização do mercado fitness

Bruno Parlatto (*)

A indústria fitness apresenta uma característica pouco comum entre setores de consumo: a relativa homogeneidade de comportamento entre diferentes países. A lógica de uso, a frequência e a busca por resultado tendem a se repetir com variações limitadas entre mercados, o que historicamente reduz barreiras culturais e facilitou a expansão internacional de redes do setor.

Essa condição, no entanto, tem um efeito ambivalente. Se, por um lado, simplifica a entrada em novos mercados, por outro reduz a possibilidade de diferenciação baseada exclusivamente na proposta de valor do produto ou serviço. Em um ambiente em que o comportamento do consumidor é

amplamente padronizado, a competição se desloca para a capacidade de execução.

É nesse contexto que a inteligência artificial passa a assumir um papel mais estrutural na internacionalização do fitness.

A expansão geográfica no setor sempre enfrentou um desafio recorrente: a dificuldade de manter consistência operacional e previsibilidade de resultados em ambientes distintos. Diferenças de custo, dinâmica competitiva e padrões de consumo local exigem ajustes contínuos, que historicamente dependeram de gestão descentralizada e de processos nem sempre replicáveis com precisão.

A incorporação de sistemas basea-

dos em dados altera essa dinâmica ao permitir maior integração entre operações distribuídas. A partir da consolidação de informações sobre comportamento, uso e desempenho, torna-se possível identificar padrões comuns entre mercados e ajustar decisões com maior rapidez e menor dependência de interpretação local.

Esse avanço tem implicações econômicas relevantes.

Em um setor caracterizado por alta rotatividade de clientes, pequenas variações em retenção impactam de forma significativa a geração de receita ao longo do tempo. A utilização de inteligência artificial para antecipar padrões de abandono, ajustar a experiência e personalizar interações tende a reduzir essa volatilidade e aumentar a previsibilidade do negócio.

Ao mesmo tempo, a integração entre plataformas digitais e a operação física amplia a capacidade de manter uma relação contínua com o cliente, para além do espaço da academia. Esse prolongamento da interação contribui para elevar o tempo de permanência e reduzir a sensibilidade a preço, elementos centrais para a sustentabilidade financeira em um ambiente de maior custo de capital.

Se, no passado, o crescimento global estava associado principalmente à abertura de novas unidades, hoje ele passa a depender da capacidade de replicar um modelo operacional integrado, que combine eficiência, consistência de experiência e retenção de clientes em diferentes geografias.

A padronização do consumo continua sendo um fator relevante para a expansão, mas deixa de ser suficiente para sustentar vantagem competitiva. O diferencial passa a estar na capacidade de transformar essa padronização em eficiência operacional e previsibilidade de resultados.

Nesse cenário, a inteligência artificial não se apresenta como um elemento acessório, mas como parte da infraestrutura necessária para operar em escala global.

A internacionalização do fitness permanece acessível em termos de entrada, mas se torna progressivamente mais exigente em sua sustentação. E essa distinção tende a destacar empresas capazes de consolidar presença internacional.